

A ESCOLA PÚBLICA EM APARECIDA: a modernidade por meio das letras (1893-1928)*

CESAR AUGUSTO EUGENIO**

No centro de toda cidade, (...) houve uma *cidade letrada* que compunha o anel protetor do poder e o executor de suas ordens: uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais. Todos os que manejavam a pena estavam estreitamente associados às funções do poder (...).

(RAMA, 1985; 43)

A atual cidade de Aparecida, popularmente conhecida como Aparecida do Norte, está situada no Vale do Paraíba, interior do estado de São Paulo, estruturou-se e ainda se organiza em torno da hospitalidade aos inúmeros romeiros (atualmente, cerca de 7 milhões ao ano) que a visitam motivados pela devoção à Nossa Senhora da Conceição Aparecida, imagem encontrada no rio Paraíba do Sul, conforme história difundida até a atualidade, por pescadores em 1717 que estariam na missão de providenciar peixe suficiente para o jantar do Conde de Assumar, então governador das capitânicas de Minas e São Paulo que passava pela região e teria se hospedado em Guaratinguetá, município a qual Aparecida, na ocasião, era apenas território.

Pela sua plástica piedosa, mãos em prece, a imagem encontrada pelos pescadores fora facilmente identificada como Maria, tida pelos católicos, como Mãe de Jesus. O historiador Reis (2000, 1993) indica em seus estudos que, aos poucos, as manifestações de fé, espontâneas e informais, foram chamando a atenção de viajantes que ajudaram na difusão da fama de milagrosa a qual se construiu em torno da imagem aparecida, uma vez que esta vila de Guaratinguetá era local de passagem, trajeto obrigatório de tropeiros que subiam a serra da Mantiqueira com destino às Minas

* Este artigo foi produzido a partir das reflexões e informações inscritas, principalmente, no terceiro capítulo da Dissertação de Mestrado sob o título *Igreja e Escola no processo de modernização de Aparecida (1893-1928)*, defendida no ano de 2009 pelo Programa de Estudos Pós-graduados *Strictu Sensu em Educação* – Linha: História, Historiografia e Idéias Educacionais da Universidade São Francisco – Itatiba / SP,.

** Mestre em Educação (USF); Professor Assistente III – Filosofia – Universidade de Taubaté; pesquisador do grupo de pesquisa credenciado no CNPQ “*Educação Regional: história e políticas*”.

Gerais. Em seu mais recente trabalho em parceria com Castilho (2008), este historiador enfatiza a força da Igreja em Aparecida e sua evidente preocupação em romanizar o culto a Nossa Senhora Aparecida, ou seja, impedir que as iniciativas populares ofusquem ou secundarizem aqueles rituais tidos como oficiais pela cúpula do Vaticano

Após vinte e oito anos do encontro da imagem no Paraíba do Sul a Igreja Católica Apostólica Romana, na pessoa do Vigário da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá, Padre José Alves Villela, ocupou-se com o dito episódio providenciando a construção da primeira capela que fora benta em 26 de julho de 1745 no Morro dos Coqueiros, terreno doado pela Dona Margarida Nunes Rangel (REIS, 2000;76), conforme provisão de licença passada na chancelaria do bispado do Rio de Janeiro em 5 de maio de 1743 (REIS, 1967;40), uma vez que aumentava o número de pessoas que procurava informações sobre a Santa aparecida no rio querendo conhecê-la e render-lhe homenagens. Daí por diante, o lugar passou a ser conhecido como Capela d'Aparecida (REIS, 2000;76), assim, Aparecida.

Esta história, narrada aos quatro cantos de Aparecida, do Brasil e, de fama internacional, pelo menos entre os católicos, é difundida até hoje e consegue atrair inúmeros romeiros dos mais distantes recônditos do Brasil.

É nesta Aparecida, onde as Religião e religiosidade são forças vertiginosas capazes de ditar os seus ritmos, erguer monumentos, “Aparecida deve sua existência, seu movimento e sua prosperidade à vida religiosa que aos pés de Nossa Senhora se passa dia por dia” (*Santuário de Aparecida*, 13/06/1912; 3)¹, que resolvemos investigar o papel da escola pública no processo de emancipação deste distrito, compreender como se deu sua instauração e identificar os interesses pela difusão das letras na localidade como sinal de modernidade. Afinal, existe o risco de simplificarmos as relações responsáveis pelas transformações ocorridas ao longo do tempo para um fenômeno apenas, a imagem aparecida, como se fosse o único capaz de explicar o desenvolvimento aparecidense desviando nossa atenção dos conflitos que existiram, documentados ou não, e dos sujeitos que protagonizaram sua história.

¹ O jornal *Santuário de Aparecida* fora fundado pelos padres da Congregação do Santíssimo Redentor no ano de 1900 e existe até hoje. Nesta pesquisa tivemos acesso à edição comemorativa lançada em 1985 conforme consta em nossas Referências que condensou diversas notícias de todas as suas edições. Optamos, no entanto, no corpo do texto, em utilizar a sigla “SA” seguido do ano da edição a qual se refere a notícia e indicação da página original.

Foram vasculhados arquivos laicos e religiosos, o que nos proporcionou uma visão mais ampla sobre o objeto estudado: o Arquivo do Estado de São Paulo, a Cúria Metropolitana de Aparecida, Museu Frei Galvão de Guaratinguetá (onde tivemos acesso às Atas da Câmara Municipal de Guaratinguetá) foram importantes espaços por conterem fontes primárias que, algumas, ainda não haviam sido estudadas. Um material de grande valia, por que não dizer, nuclear, fora o *Santuário de Aparecida*, afinal, o principal veículo de comunicação dos padres redentoristas, que se ocupava não somente em anunciar suas festas e datas comemorativas, mas também divulgar, comentar e criticar acontecimentos diversos, quais sejam políticos, educacionais, cívicos, religiosos ou questões de saúde pública.

Nossa hipótese é que houve uma articulação de forças e iniciativas entre a Igreja Católica e a Escola Pública no objetivo de configurar as condições necessárias, tidas como modernas no período, capazes de consolidar sua emancipação de Guaratinguetá. Emancipar-se é tornar-se cidade, é obter, paulatinamente, consciência de um projeto de ordenamento das pessoas num espaço urbano. Aparecida precisou se tornar cidade antes da sua emancipação política e, para tanto, precisou articular forças, aproximar as instituições que tem, originariamente, uma vocação educadora. Ao mesmo tempo em que lutou pela construção de uma estrutura urbana reconhecidamente cidadina, conforme os grandes centros urbanos, daí a criação de praças, farmácias, calçamento, iluminação pública, esforçou-se também em criar seu próprio corpo político e impor-se ritmos modernos, tais como, as campanhas de vacinação, as comemorações cívicas e, sobretudo, o letramento que acontece por vários canais, em destaque, pelas Escolas Reunidas assim criadas em 1910, elevadas a Grupo Escolar em 1915 nos moldes republicanos.

Em relação ao recorte histórico temos, de um lado, 1893 que se refere ao reconhecimento da Capela d'Aparecida como Paróquia independente da de Santo Antônio de Guaratinguetá e vinculada diretamente à arquidiocese de São Paulo, condição esta, ao que nos parece, nodal para o envio dos missionários redentoristas ao distrito. Do outro, 1928, o ano da emancipação propriamente dita.

Subdividimos este trabalho em duas partes: na primeira sob o título "Aparecida das Letras", procuramos mostrar a crescente valorização das letras neste distrito que almeja sua emancipação; na segunda, intitulada "Das Escolas Isoladas à

Grupo Escolar”, procuramos focalizar os processos que elucidam a trajetória da escola pública em Aparecida e, relativamente, suas peculiaridades.

APARECIDA DAS LETRAS²

Um dos elementos que compunham o ideário republicano difundido no Brasil, sobretudo a partir do último quartel do século XIX, é a crença numa escola potencialmente redentora que pudesse livrar o país do analfabetismo crasso que obstaculizava nosso progresso. Souza (1998;26) ao explanar sobre a concepção de educação difundida nos anos iniciais da neófita república brasileira, o que, por iniciativa paulista, gerou a construção dos grupos escolares, afirma: “A crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (con)formador dos indivíduos”. Uma escola capaz de emanar influências unilaterais, isentas de quaisquer interesses políticos, civis ou religiosos, resguardada pela neutralidade científica.

Neste sentido, em se tratando da educação, principalmente a escolar, Carvalho (1989;25), mostra-nos que a imagem que se propuseram passar era de uma república ordeira e progressista que viera para superar, e muito, o passado de trevas do Império:

À visão do luminoso templo laico levantado com recursos que o Império havia destinado à construção de uma catedral, contrapunham-se visões tenebrosas da escola na velha ordem: “casas sem ar e luz, meninos sem livros, livros sem método, escolas sem disciplina, mestres tratados como párias”. No retrato da educação no Império, a falta de recursos “trazia a de estímulos, o desânimo, e a escola pública era, em geral, a penitenciária do menino, e o ganha-pão do mestre”. Dessas escolas não se poderia nem obter educação cívica, nem “preparação para satisfazer as necessidades da vida ou para desempenhar as funções sociais, que o regime representativo exige”, nem “preparo da mentalidade infantil para receber as idéias que por ampliação se lhe deveriam inculcar nos anos superiores”.

Bem sabemos que nem somente passado de trevas, como se o período imperial nada fizera pela educação, nem somente luzes conforme os republicanos desejaram. Se São Paulo fora pioneiro em implantar a escola graduada – o grupo escolar – tida, na época como um grande avanço, inclusive dentre os países europeus considerados modernos e desenvolvidos –, não conseguira evoluir como se pregou e, muito menos, com a homogeneidade desejada.

² O título faz alusão à obra *Cidade das Letras* de Angel Rama (ver Referências).

Era urgente a criação de um sistema de educação nacional. Faria Filho (2003; 139), ao analisar a proposta de Rui Barbosa, um dos políticos e intelectuais atuantes e influentes no final do século XIX, ainda no período imperial, identifica neste sujeito, uma visão bastante moderna, pois já carregava em seu discurso “a crença no progresso da nação por meio do progresso das letras”.

Importante sublinhar “progresso da nação por meio do progresso das letras”. A difusão das letras aqui no Brasil teve à sua frente um enorme paradoxo: via-se, de um lado, a vontade, por influência do movimento iluminista, que a população fosse letrada e, para tanto, defendia-se a criação de mecanismos de difusão dessas letras, enquanto que, de outro lado, a ausência de uma política nacional, organizada e moderna que desse conta da ampliação das oportunidades as quais garantissem o acesso ao universo letrado.

Em Aparecida a construção de uma cidade letrada como elemento fundamental para o progresso parece ter se tornado imprescindível. Uma crítica publicada pelo jornal *Santuário de Aparecida*, em edição de 18 de janeiro de 1913 (SA, 18/01/1913; 3), chamou muito nossa atenção:

É costume antigo entre nós de serem espetáculos anunciados por indivíduos grotescamente vestidos e pintados, que andam a gritar pelas ruas e seguidos de meninada também a gritar. Este modo de reclame, próprio para lugares sertanejos, onde a arte de ler e escrever está pouco conhecida, não deixa de ser impróprio para centros civilizados e adiantados e por isso já desapareceu de quase todas as cidades vizinhas. **Como Aparecida também se gloria de ser um centro civilizado, onde os reclames podem ser feitos por meio de cartazes** [grifo nosso], pedimos a quem de direito, de livrar-nos do seu palhaço e do seu cortejo, permitindo sua saída, quando muito, nos dias de Carnaval.

O jornal imprime aqui seu conceito de moderno como sendo urbano e letrado em contraponto a antigo como aquilo que já não se concebe naquela dinâmica cidadina que caracterizava Aparecida. Enquadra-se antigo nos lugares sertanejos de onde os ritmos nada lembram aos ares da modernidade. Além do mais, “Aparecida também se gloria de ser um centro civilizado, onde os reclames podem ser feitos por meio de cartazes” o que nos indica o valor dado às letras, pois tem em seu centro as Escolas Reunidas com mais de duas centenas de crianças, jornais, gráficas, cartórios e correios e não poderia se submeter a práticas típicas das comunidades analfabetas. Importante

ainda considerar é a condição letrada do seu povo capaz de entender os reclames escritos, fato que transcende a função da escola, cujo foco eram as crianças.

A valorização da escola em Aparecida parece vir de longa data, pelo menos é o que podemos identificar naquilo que se noticiava no *Santuário de Aparecida*. Em 1901 (SA, 23/02/1901; 6-7), fora transferida do primeiro Grupo Escolar de Campinas para a Escola Mista do bairro de Santa Rita dos Machados a professora normalista Sra. Risoleta Lopes de Oliveira. O referido jornal fez questão de enfatizar sua formação e experiência: “professora normalista”, ou seja, uma senhora que teve formação específica para a instrução, é uma profissional que exercia seu ofício no “1º Grupo Escolar de Campinas”. Aqui temos a combinação grupo escolar, uma inovação da educação paulista, e Campinas, a referência de uma cidade maior que já tinha um processo de escolarização mais avançado que o de Aparecida.

Em relação às iniciativas, de ordem privada, as quais buscaram a difusão das letras em Aparecida, podemos destacar o caso das Escolas Noturnas, conforme anunciado pelo *Santuário de Aparecida*:

Escola Noturna: O Círculo Católico São José criou em prol dos seus sócios uma escola noturna que começou a funcionar na segunda-feira (dia 12) desta semana. É professor da mesma o quartanista da Escola Normal de Guaratinguetá, Sr. João Severino Villela, presidente do Círculo. A matrícula já indica número bastante elevado. (SA, 17/05/1913; 2)

A Igreja desempenhava seu papel por meio dos leigos que se organizam nos grupos e círculos, devidamente reconhecidos pela autoridade eclesial, no caso, pelos Padres Redentoristas que, ao anunciarem tal iniciativa do Círculo Católico São José demonstraram seu apoio ao projeto. O *Santuário*, como voz católica, catequética, educativa apresenta o professor como presidente do Círculo Católico e quartanista da Escola Normal de Guaratinguetá. Assim, virtudes como seriedade, responsabilidade são aquelas que o ser católico garantiria, enquanto que ser quartanista dá a idéia de competência, afinal, a Escola Normal de Guaratinguetá foi construída nos moldes daquela de São Paulo, Escola Normal da Capital, da praça, de onde deveriam sair os moldes para a escolarização no estado de São Paulo.

Quando *Santuário* anuncia as aulas do Curso Noturno, elucida a inclinação e vocação de Aparecida às letras: aos que pudessem estudar em idade adequada, havia as Escolas Reunidas, aos demais, o Curso Noturno no qual “a matrícula já indica

número bastante elevado”, o que demonstra grande interesse do povo aparecidense. O que importava,

ao que nos parece, era que todos os aparecidenses estivessem aptos a participarem da “cidade das letras”.

Em edição de 13 de janeiro de 1906 (SA, 13/01/1906, p. 3), alguns anos antes da oferta do Curso Noturno, o *Santuário de Aparecida* anunciou, sob o tema “Aula gratuita”, uma iniciativa voltada a atender meninos e meninas pobres:

Aula gratuita: Propõem-se ensinar gratuitamente meninos e meninas pobres, principalmente órfãos, debaixo da proteção de N. S. Aparecida. Ensinam: religião, ler, escrever e contar, das 10 horas ao meio-dia e das 2 às 4 da tarde. Não aceitam meninos e meninas que estejam matriculados nas escolas públicas.

Este atendimento seria, provavelmente, fruto de trabalho voluntário de pessoas ligadas à Igreja, afinal seria “debaixo da proteção de N. S. Aparecida” e seria ensinado, além de ler, escrever e contar, “religião”, o que, pela ordem apresentada no anúncio, parece-nos revelar a importância das letras desde que voltadas ao entendimento dos preceitos religiosos.

A “Aula gratuita” fora anunciada em 1906. Vinte anos depois, em edição de 30 de janeiro de 1926, o *Santuário de Aparecida* (SA, 30/01/1926; 3) registrou mais uma iniciativa, desta vez denominada “Escola Paroquial”, destinada ao atendimento aos meninos e meninas pobres de Aparecida:

Escola Paroquial: Do dia 1º de fevereiro em diante a escola paroquial vai ser mista. A seção masculina continuará sob a competente direção da Exma. Sra. Dona Sinhana Pires do Rio Monteiro; a seção feminina vai ser dirigida pelas irmãs do Colégio São Carlos, e é destinada somente para meninas pobres do bairro de Santa Rita.

Curiosamente, Santa Rita é o bairro de onde vieram as escolas isoladas que foram reunidas em 1910. Pela matéria, já existia uma escola paroquial masculina que se tornara mista. Por que o alerta, “somente para meninas pobres”? Havia tanta procura a ponto de se tornar necessário um atendimento mais restrito, exclusivo aos pobres? Ou o Grupo Escolar – elevado a esta condição desde 1915 – por estar no centro do distrito não atendia a todos, ou ainda, privilegiava a alguns? Por que estes pobres não estavam no Grupo Escolar?

Estas questões ganham relevância porque se referem a meninos e meninas – importante sublinhar a preocupação quanto ao atendimento do público misto – que estavam fora da escola, mas que, de alguma forma, tinham tempo para os estudos e, não sendo desta forma, poderiam estar nas ruas importunando os romeiros, sendo vistas como problema que a polícia deveria resolver, significando o atraso e, talvez, um obstáculo à formação do espaço urbano de Aparecida, condição de sua emancipação.

Há, neste processo de letramento uma preocupação quanto ao uso educado e regular do tempo aparecidense. As iniciativas de difusão das letras pretendiam construir uma Aparecida letrada, uma cidade que primasse pelo erudito em detrimento do popular. Um povo que ocupasse ordenadamente os espaços urbanos. Um povo que compreendesse uma religião dogmática que se esforçava para se sobrepôr à religiosidade popular.

Correia e Gallego (2004;14), em relação ao que vão chamar de “socialização nos tempos” afirmam que o uso do tempo é algo aprendido, desnaturalizando, desta forma, os processos de assimilação e expressão das noções de temporalidade que fazemos uso no decorrer de nossas vidas.

A aprendizagem das noções de tempo e da respectiva manipulação na vida cotidiana constituem um processo que se prolonga por toda a infância e culmina, no essencial, durante a adolescência. Nas nossas sociedades, os indivíduos são submetidos, desde a mais tenra idade, às modalidades de socialização pautadas por regularidades, ritmos, durações, continuidades e descontinuidades a que estão associados, por via de regra, o calendário e o relógio. Há uma gama de noções temporais a serem aprendidas, entre elas: ontem, hoje, as estações do ano, semanas, meses, anos, horas, minutos, segundos... Além disso, há um sistema de valores e normas de conduta, tais como pontualidade e assiduidade.

Podemos dizer que não há um tempo numa determinada comunidade ou cidade, mas, ao contrário, existem vários tempos que ora se sincronizam ora se disputam, e, harmonizam-se com uma cadência maior, mormente ditada pela organização política – em se tratando do uso do poder – que pretende balizar estes outros. Quando esta “política” não consegue controlar estes outros ritmos, são criados processos de marginalização e anulação desses outros.

À escola aparecidense, mesmo constituindo o seu próprio tempo, o que vamos chamar de “tempo escolar”, com suas próprias festas, ano letivo, calendário de matrículas, exposições, exames, inclusive a seriação que impôs um tempo para cada

nível de ensino, parece não ter disputado com o “tempo da Igreja”, mas, ao contrário, aliou-se a ela a fim de se construir, em Aparecida, o “sucesso social” por meio do “controle das paixões” (ELIAS, 1993). Cabe-nos, no entanto, definirmos o que tomamos como “tempo escolar”. Para tanto, recorremo-nos a Correia e Gallego (2004;12) que assim o conceituam:

Quando falamos de tempo escolar, no seu todo, referimo-nos a um sistema social de referências temporais a partir do qual se define, organiza e regula o funcionamento, os ritmos, a coordenação, a sincronização das interações no interior da escola e que o distinguem e colocam em relação com outros tempos sociais.

A difusão das letras em Aparecida é tarefa de todos ao que nos parece. Se, à escola é tarefa primordial, não nos parece que a Igreja se eximiu deste compromisso. A construção de um povo letrado é condição para o “sucesso social” (ELIAS, 1993), daí a difusão das letras é o caminho. O *Santuário de Aparecida* divulga lançamento do Manual do Devoto de Nossa Senhora Aparecida que se esgotara rapidamente mesmo com tiragem de três mil exemplares (SA,8/12/1904; 2). O Padre Bobem³, vai listar inúmeras instituições voltadas às letras entre escolas, seminários, gráficas e jornais.

O nome do Sr. Antônio das Chagas Pereira, professor de longa data na localidade e que se tornara diretor das Escolas Reunidas e, posteriormente, Grupo Escolar, figura não somente ligada à educação formal, mas também, é um sujeito atuante na redação dos jornais *O Horizonte* e *Echo Popular*, sendo, ainda, secretário da Conferência de São Vicente Paulo, organização católica que reunirá os nomes que fizeram parte da composição do quadro político gerador da emancipação do distrito.

É a composição de uma elite letrada que se transformou, nas palavras de Rama (1985;43), num “anel protetor” do poder, cujo elemento articulador é a Igreja, por isso não estavam separados, distantes, alheios ou alienados aos processos que dinamizaram a urbe, mas, ao contrário, compuseram o próprio poder. Completa Rama (1985; 43): “Todos os que manejavam a pena estavam estreitamente associados às funções do poder”.

³ Documento manuscrito – arquivo Cúria Metropolitana de Aparecida – Seção 5, Parte 8, Grupo 1, Pasta 2: Anotações e Acontecimentos – 1719-1958

Em Aparecida, ser secretário da Conferência de São Vicente de Paulo significou ter o poder de manejar a pena dando seu próprio tom à história das intervenções dessa irmandade religiosa na política aparecidense. Há uma delegação aos donos das letras que transcendem a dos copistas medievais. Ao contrário destes últimos, os letrados se incumbem não de reproduzir, mas de produzir o sentido, aqui tomado como direção e significado às suas letras, de certa forma, sacralizando-as, perpetuando sua presença.

Estes são alguns nomes que demonstram outro lado dessa elite intelectual, o que Rama (1985; 54) chamará de “cidade escriturária”: “Acima de tudo, inspirou a distância em relação ao comum da sociedade. Foi a distância entre a letra rígida e a fluída palavra falada, que fez da cidade letrada uma cidade escriturária, reservada a uma estrita minoria”.

Em Aparecida, não obstante às inúmeras iniciativas de letramento do seu povo, eram-lhe oferecidas as primeiras letras, àquelas suficientes para lhes dar civilidade e compreensão dos ritmos citadinos, não às outras, superiores, usada pelo corpo intelectual aparecidense e, assim, pela palavra erudita, que os diferenciavam dos demais e que os tornavam durante toda teatralização da vida urbana.

Aparecida quis criar sua identidade e, para tanto, depositou na difusão das letras, quer seja pela iniciativa privada, Curso Noturno, Aula Gratuita, Escola Paroquial, quer seja pela iniciativa pública, sobretudo a partir da instauração das Escolas Reunidas em 1910.

DAS ESCOLAS ISOLADAS A GRUPO ESCOLAR

Em Aparecida, esta escola signatária do progresso, conforme era difundida pelo ideário republicano, também teve seu espaço, deu-se a ver, principalmente a partir da instauração das Escolas Reunidas de acordo com decreto de 13 de abril de 1910.

Em ofício de 2 de maio de 1910 (Arquivo do Estado, C07084, 1910-11)⁴, do Professor Antônio Morato de Carvalho, Inspetor Escolar e Diretor em Comissão das Escolas Reunidas de Aparecida ao Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, vemos o comunicado quanto ao funcionamento das

⁴ Optamos em simplificar pela sigla “AE” seguido do código de acesso e ano do documento; optamos, também, pela reprodução da grafia original.

Escolas Reunidas, e a contratação do Sr. João Baptista Rodrigues de Andrade para serviços gerais na escola:

Sendo necessária a nomeação de um empregado que se responsabilise, desde já, pela guarda e conservação dos materiaes que estão sendo enviados pelo Almojarifado da Secretaria do Interior para as Escolas Reunidas da Aparecida, **creadas por decreto de 13 de abril** [grifo nosso] p. passado, participo a V.Ex^a que contractei para servente deste estabelecimento o Imo João Baptista Rodrigues de Andrade que se acha em condições de bem exercer este cargo e só espera ordem para entrar em exercício. Pedindo aprovação do meu acto, solicito também de V.Ex^a que se digne arbitrar em 90#000 ou 100#000 mensaes os vencimentos desse empregado, visto que as escolas deverão funcionar em dois períodos o que importa em muitas horas de trabalho para esse único servente que também deverá exercer a função de porteiro.

A instauração das Escolas Reunidas em Aparecida, apesar de ser um acontecimento de grande valia ao distrito, durante todo ano de 1910, em pesquisa às Atas de Câmara de Vereadores de Guaratinguetá⁵, verificamos que em apenas três seções foram tratadas da criação das Escolas Reunidas. O jornal *Santuário de Aparecida*, pelo contrário, não tardou em anunciar o feito:

Escolas Reunidas: O governo do Estado lavrou um decreto reunindo as escolas dos bairros de Santa Rita dos Machados e Aroeira e as 1^a e a 2^a do sexo masculino e 1^a e 2^a do sexo feminino deste distrito de Aparecida. As escolas vão funcionar em um prédio da rua da Calçada, convenientemente adaptado para tal fim. (SA, 23/04/1910, p. 3)

Uma vez instauradas as Escolas Reunidas em Aparecida, o seu diretor em comissão, Professor Antônio Morato de Carvalho, enviou um ofício-relatório ao Doutor Carlos Augusto Pereira Guimarães, apresentando as condições em que as Escolas estavam uma vez reunidas:

Ofício – 14 de maio
Dr. Antônio Morato de Carvalho – Inspetor Escolar e Diretor em Comissão para Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães – Secretário de Estados dos Negócios do Interior.

“Participo a V.S^a que de accôrdo com as instruções do Ex^{mo} Imo Dr Inspetor Geral do Ensino, reuni no dia 11 do corrente, no prédio offerecido pela Câmara, as escolas desta localidade e as dos bairros de Aroeira e S. Rita dos Machados, cujos professores, enquanto era feita a matrícula e classificação

⁵ Acervo do Museu Frei Galvão.

dos novos alunos, foram praticar no Grupo Escolar de Guaratinguetá, nos dias 11, 12 e 14 do corrente.

A fim de poder iniciar o serviço de organização das classes, vou installá-las no dia 16 do corrente em salas do novo prédio, mobiliadas provisoriamente com as carteiras existentes nas antigas escolas isoladas, até que seja completa a dotação material que está regularmente feita pelo almoxarifado.

Distribuídos todos os alunos pelos diferentes annos do curso de accôrdo com o adiantamento de cada um, ficarão as Escolas Reunidas com um total de 7 classes e 6 professores apenas, conforme V.Ex^a verá pela folha inclusa.

Assim sendo se torna necessária a nomeação de uma professora para reger o 1º anno B feminino, que ficará a meu cargo até a vinda da dita professora, visto não ser de conveniência dispensar as alunas.

Em vista do exposto, peço a V.Ex^a se digne mandar incorporar às Escolas Reunidas da Aparecida a escola mixta do bairro do Fogueteiro, município de Guaratinguetá, provida por decreto de 2 de maio deste anno, com a nomeação da professora complementarista D. Maria da Conceição Pires do Rio. (AE, C07084, 1910-11)

Em folha anexa a este ofício está um quadro que detalhava o número de alunos em cada classe, masculina e feminina, totalizando 260 alunos e seus respectivos professores. Além dos detalhes estruturais descritos no ofício, muito nos chama atenção o fato dos seus professores terem ido “praticar no Grupo Escolar de Guaratinguetá” enquanto era feita a matrícula dos alunos.

Existe, pois, uma preocupação com a formação dos professores e, a partir daí, numa organização em cadeia, piramidal, da Escola Normal da Capital do Estado emanava o modelo que as outras Escolas Normais, inclusive a de Guaratinguetá iriam se apoiar. Da Escola-Modelo da Capital, “(...) escolas preliminares privilegiadas considerando os professores – escolhidos entre os melhores alunos da Escola Normal –, as condições físicas dos edifícios e a dotação de materiais didáticos” (SOUZA, 1998, p. 55) aos Grupos Escolares e destes às Escolas Reunidas e Isoladas.

Estabelecidas as Escolas Reunidas não tardou a visita do Inspetor Escolar, Sr. Carlos Gallet que registrou suas impressões no seu Livro de Visitas⁶ quanto à boa administração do diretor, Professor Francisco Antônio das Chagas Pereira, que ocupara o lugar do Sr. Professor Antônio Morato de Carvalho, desde 12 de junho de 1910, da harmonia do cotidiano escolar e, ainda, o empenho dos professores, estes sempre assinalados como bons e dignos.

⁶ Em relação ao Livro de Visitas todas as informações foram são transcrições tiradas do trabalho de Coelho (2001) que conseguira ter acesso a este material na ocasião de sua pesquisa.

Visitei hoje, ligeiramente, as escolas reunidas desta localidade, dirigidas interinamente pelo professor Sr. Francisco Antônio das Chagas Pereira. Encontrei boa disciplina e ordem por toda parte e notei boa vontade em todos os professores. Em vista das escolas estarem funcionando reunidas em pouco tempo, o resultado ainda não pode ser apreciado *prometh* (dúvida na caligrafia), entretanto ser satisfatório. Estavam matriculados 121 meninos e 151 meninas com a respectiva presença de 102 e 116. existiam 161 alunos analfabetos nas classes de 1º ano.

Apparecida, 21 de julho de 1910.

A boa disciplina, ordem, boa vontade dos professores e elogios diversos ao diretor, Professor Chagas Pereira, serão constantes, mesmo quando o número de reprovados ultrapassava a metade da discência, conforme registro no Livro de Visitas:

Estive a 28 e 30 deste mez findo em visita de inspeção nas Escolas Reunidas de Aparecida, dirigido interinamente pelo operoso professor Francisco das Chagas Pereira. (...) Encontrei 252 alunos matriculados, sendo 116 meninos e 136 meninas; a freqüência apurada a 28, elevou-se a 160, dando uma porcentagem de 63,4. Existiam, mas de classe de 1º anno, 80 alunos considerados analfabetos. A promoção calculada approximadamente deve ser de 47 na secção masculina e 59 na feminina, ao todo 106, com uma porcentagem de 42,0, não obstante não ser numerosa a actual promoção, o corpo docente mostrou-se dedicado no cumprimento de seus deveres e empenhado em aperfeiçoar seus métodos e processos de ensino de accordo com os preceitos modernos.

Apparecida, 30 de outubro de 1911.

Carlos Gallet
Inspetor Escolar

A reprovação ficava em segundo plano uma vez que os professores se esforçassem para “aperfeiçoar seus métodos e processos de ensino de acordo com os preceitos modernos”. Parte dessa modernidade pedagógica estava na austeridade dos exames mensais e, principalmente, aqueles finais cuja formalidade e a presença de autoridades colocavam-no num patamar que transcendia ao pedagógico, pois visavam a qualidade e o prestígio que a escola pública republicana deveria ter, tornando-se, segundo Souza (1998; 242), “os dispositivos adotados para reafirmar esses atributos”.

As Escolas Reunidas conseguiram inaugurar em Aparecida uma rotina de espetáculos, passando a participar ativamente dos eventos do distrito, porque não dizer, passou a promover tais eventos, sendo porta-voz da ordem e símbolo do progresso aparecidense. Em 1910, em edição do mês de novembro, o *Santuário de Aparecida* descreve em detalhes a Festa da Bandeira:

Festa da Bandeira: A patriótica Festa da Bandeira foi carinhosamente realizada em nossas Escolas Reunidas. Ao meio-dia, quando já se tinha realizado um festival na seção masculina, esta e a seção feminina, formadas em frente ao edifício escolar, assistiram ao hasteamento da Bandeira. Neste momento o símbolo de nossa Pátria foi festejado com palmas e flores, fazendo bela saudação à Bandeira o festejado orador Sr. João Evangelista. Cantaram então os meninos o Hino Nacional e outros hinos patrióticos, acompanhados por uma pequena orquestra regida pelo maestro Benedicto Barreto. (SA, 26/11/1910; 3)

Foram muitos elementos inseridos no ritmo diário do aparecidense com a instauração das Escolas Reunidas. Hastear a bandeira, símbolo da Pátria, e sê-lo festejado “com palmas e flores” (SA, 26/11/1910; 3) fazia emergir um sentimento e, sobretudo, uma postura ordeira, obediente, disciplinada, muito próxima daquela pregada pelos padres missionários. Aparecida se acostumara a cantar os hinos religiosos e aplaudir Nossa Senhora. Agora com as Escolas Reunidas que se deram a ver, “em frente ao edifício escolar” (SA, 26/11/1910; 3), ou seja, em plena praça central, apropriara-se dos novos símbolos a serem enaltecidos e hinos a serem entoados.

Outras festas foram registradas como a Festa das Aves e Exposição de Trabalhos noticiado pelo *Santuário de Aparecida* em 1911, mesmo diante de constantes remoções de professores. Percebe-se a valorização dos trabalhos pelas palavras que compuseram a redação do jornal. “Belos trabalhos”, fruto do empenho de “dignos professores” e a “competente” direção do Sr. Chagas Pereira. Esta era a fórmula encontrada para se difundir a cultura erudita, a qual a escola representava, a toda população. Uma escola estritamente urbana que se dava a ver pelas suas festas que movimentavam a comunidade, sempre com um caráter pedagógico uma vez que se pretendia ensinar algo. As festas eram veículos de informação e elevação cultural, no sentido de tornar erudito o popular e assumir a posição de instituição educadora.

Muitas serão as datas cívicas que motivarão o culto à Nação: descobrimento do Brasil, Tiradentes (consagrado como herói nacional), a Proclamação da República, mas sem dúvida, a mais aclamada era o 7 de setembro, a Independência do Brasil. Conforme Souza (1998;265), “(...) na véspera dos dias de festa nacional, cada professor faria no último quarto de hora preleção a respeito da data que iria comemorar”.

As comemorações do Centenário da Independência em 1922 parecem ter sido grandiosos em Aparecida. O *Santuário de Aparecida* fez detalhada matéria:

Centenário da Independência: Tiveram o máximo brilho os festejos organizados nesta localidade em comemoração do Centenário da Independência do Brasil, sendo o programa elaborado fielmente executado. Já à meia-noite do dia 6 para o dia 7, foi o povo despertado por uma bateria de 21 tiros que saudava o advento de tão grande dia. Às 5 horas foi dada nova salva e os sinos da Basílica repicaram festivamente. A Banda de Música “Aurora Aparecidense” percorreu então as ruas do lugar, enquanto que ao mesmo tempo era a Bandeira Nacional hasteada no Grupo Escolar e em outros edifícios públicos, Colégio Santo Afonso, residência dos Padres Redentoristas e outras casas particulares. Às 9 horas, em um altar preparado em frente à Basílica, começou a solene missa campal, sendo executado no coro a belíssima missa “Anunciação”, composição do saudoso maestro Sr. Randolpho Lorena. Durante a missa fizeram a guarda de honra ao altar escoteiros e escoteiras do nosso Grupo Escolar. De tarde foi cantado na Basílica solene “Te Deum”, em ação de graças, findo o qual o Revmo. Pe. Lopes Ferreira proferiu no portal da igreja um patriótico discurso e foi executado o Hino Nacional. De noite houve retreta, tendo a Banda-de-Música “Aurora Aparecidense” tocado várias peças de seu vasto repertório. (SA, 16/09/1922; 2)

Tais festas eram, definitivamente, a representação da ordem republicana e o momento precípuo à difusão dos seus símbolos e heróis. Vale reparar que há um ordenamento do espaço urbano. Em Aparecida, porém, a laicidade do evento não destituiu a Igreja que consegue congregação e encerramento com a missa solene. Mesmo os alunos do Grupo Escolar fazendo a “guarda de honra” a Nossa Senhora, são os valores religiosos que estão em evidência, são eles que sinalizam para o modelo de moral a ser assimilado pela população, aparecidenses ou romeiros.

Parece-nos que, diante de tanta regularidade no funcionamento das Escolas Reunidas, Aparecida conseguiu a elevação de tais escolas à categoria de Grupo Escolar conforme informa o jornal *Santuário de Aparecida* (SA, 13/11/1915; 3): “Grupo Escolar: Por decreto de 8 do corrente as Escolas Reunidas de nosso lugar foram elevadas à categoria de Grupo Escolar. Este fato causou aqui, como era natural, grande contentamento”.

Em julho de 1916, o Professor Francisco Antônio da Chagas Pereira foi nomeado diretor do Grupo Escolar de Aparecida conforme o *Santuário de Aparecida* anunciou de forma bastante efusiva, deixando-nos a imagem de tal diretor ser realmente um sujeito de renome na localidade, um intelectual respeitado e, muito provavelmente, desejado pelos Padres Redentoristas:

Grupo Escolar: Em um dos números do “Santuário” do mês de novembro do ano passado publicamos a notícia da elevação das Escolas Reunidas desta localidade à categoria de Grupo Escolar. Essa notícia, com era de se esperar,

causou muita satisfação. Muita satisfação causou, também, a nomeação do Sr. Prof. Francisco Antônio das Chagas Pereira para diretor daquele Grupo. (SA, 15/07/1916; 3)

Em Aparecida, a construção do edifício-escola no centro do distrito, por meio do dispositivo legal nº 1692 de 18 de novembro de 1919 (CORREA, 1991, s/p.), parece ter sido motivo de comemoração. O episódio fora anunciado pelo *Santuário de Aparecida*, em edição de 21 de fevereiro de 1920, página 2, como elemento que “muito concorrerá para o progresso”.

Em menos de dois anos de trabalho, conforme noticiou o jornal *Santuário de Aparecida*, o referido edifício fora inaugurado no dia 4 de outubro de 1921, dia do aniversário do Professor Francisco Antônio das Chagas Pereira, então diretor do Grupo Escolar.

Inauguração e aniversário: Com a das altas autoridades de Guaratinguetá e desta localidade realizou-se no dia 4 do corrente a inauguração do novo edifício do Grupo Escolar de Aparecida. Coincidiu com esta festividade o aniversário do digníssimo diretor do mesmo estabelecimento, Prof. Francisco Antônio das Chagas Pereira, que por este motivo foi alvo de significativas manifestações por parte do corpo docente e discente do Grupo e de **multíssimas cultas pessoas** [grifo nosso]. (SA, 8/10/1921;2)

Parece ter sido uma grande festa. Uma celebração capaz de representar a articulação da política interna aparecidense, bem como a consolidação de sua identidade. Não foi o prestígio de Chagas Pereira que se festejou, mas a força da Aparecida das Letras.

REFERÊNCIAS

BOBEM, Oto M. Documento manuscrito – arquivo Cúria Metropolitana de Aparecida – Seção 5, Parte 8, Grupo 1, Pasta 2: Anotações e Acontecimentos – 1719-1958.

CARVALHO, Marta. M.C de. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 86p.

CASTILHO, Edson D. e REIS, Fábio J. G. dos. *Vale do Paraíba: pessoas, instituições e movimentos – contribuições relevantes nos séculos XIX e XX*. Campinas/SP: Alínea, 2008. 234p.

COELHO, Josinéia A. de C.F. *Primeira Escola Pública de Aparecida*. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia. Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2001.

CORRÊA, Maria E. P., MELLO, Mirela G. de M., NEVES, Hélia M. V. *Arquitetura Escolar Paulista (1890-1920)*. São Paulo: FDE, 1991.

CORREIA, António C. L. e GALLEGO, Rita de C. *Escolas públicas primárias em Portugal e em São Paulo: olhares sobre a organização do tempo escolar (1880-1920)*. Lisboa: Educa (Cadernos Prestige), 2004. 47p.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Trad.: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. Vol 2. 307p.

FARIA FILHO, Luciano M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane M.T., FARIA FILHO, Luciano M., VEIGA, Cynthia G. *500 anos de educação no Brasil*, 3ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003. p. 135-150.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. Trad.: Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985. 157p.

REIS, Fábio J. G. Igreja e História de Aparecida. In: BARBOSA, Alexandre L. *Aparecida: a multiplicidade do olhar*. Taubaté/SP: Imagem, 2000. p. 74-81.

_____. *Os Redentoristas, o Cônego Antônio Marques Henriques e a Romanização da Igreja Paulista (1888-1917)*. São Paulo, USP – Dissertação de Mestrado – Departamento de História da FFLCH-SP, 1993.

REIS, Aníbal P. *A Senhora Aparecida: outro “conto do vigário”*. São Paulo: Caminho de Damasco, 1967. 70p.

SOUZA, Rosa F. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1810-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 302p.